

Reducindo a carga horária com mesmo salário

*A medida é simples:
trabalhar menos e ganhar
o mesmo. Será que
vale a pena?*

Raffael Barreto

O governo quer alterar a Constituição para adotar mudanças no mercado de trabalho. Em pauta, está a redução da atual jornada de 44 horas para 40 horas semanais e o aumento no custo da hora extra para 75%. Mas em que isto pode interferir na vida da população? Mais postos de trabalho e qualidade de vida, diz o governo, mas há quem acredite em desemprego e preços mais caros.

O projeto

Ele está em fase de discussão na Câmara. Trata-se de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), sugerida em 1995 pelo então deputado federal Inácio Arruda, hoje senador pelo PCdoB. Ainda não há data para votação, mas Arruda defende: "a aprovação é mais que



Para Vinícius, "garantia à saúde e à segurança"



Discussão deve ser caso a caso, diz Barbato

(Elétrica e Eletrônica), Humberto Barbato, a medida engessará ainda mais a legislação trabalhista e prejudicará a competitividade das empresas". Barbato vê a proposta como uma "imposição legal que desestimulará a criação de novos empregos" e defendeu, perante os deputados, que o assunto seja tratado caso a caso, e não imposto em lei.

Metalúrgicos

Já o Presidente da CNTM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos), Clementino Vieira, diz que a jornada atual é "extensa e cada vez mais intensa, deixando os trabalhadores mais doentes". Aponta que o país pode adotar a medida, dado o seu crescimento econômico, trazendo "mais consumo, produtividade e desenvolvimento". Sobre competitividade, Vieira esclarece: "o que mais interfere são juros e câmbio, e a atual valorização do real frente ao dólar que reduziu a competitividade da indústria nacional".

Comparando a nossa proposta



Brasil: Através da PEC 231A/95 (Proposta de Emenda Constitucional), o país adotaria uma jornada de trabalho de 40 horas, frente às 44 horas atuais, e aumentaria o custo da hora extra para 75%. Não é prevista a redução de encargos trabalhistas, mantendo o atual custo do trabalho aos empregadores.

França: De 1997 a 2001 o país reduziu sua jornada para 35 horas semanais, os encargos trabalhistas e flexibilizou as regras para contratos de curta duração. O aumento das contratações foi atribuído à redução do custo do trabalho, mas o desemprego voltou a subir com a queda da produção industrial.

Socioeconómicos), Cássio Calvete, participou das análises sobre o tema e defende a proposta: "todas as empresas terão impactos, mas o resultado geral irá compensar". Segundo Calvete, o custo do trabalho subirá apenas 1,99%, mas abrirá 2,5 milhões de vagas. "Uma pesquisa do IBGE, de 2001, mostra que o comércio possui uma receita de R\$ 26 mil por trabalhador, o que chega a R\$ 17 mil no setor de serviços, isto mostra que a medida é viável", finaliza.

Comerciários

O economista da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Solimeo, discorda: "aumentarão custos, desemprego e informalidade". Argumenta que o comércio não poderá absorver o custo da mudança e diz que "tem indústria que pode aumentar a produção, mas no comércio é o tempo que ele fica aberto que determinará o seu lucro". Caso a proposta vigore, "o consumidor terá de concordar com as consequências, como o aumento dos preços", diz Solimeo.

Na indústria

Para o presidente da Abinee
(Associação Brasileira da Indústria

de dnis ladno



O governo defende a proposta da redução da jornada, com o objetivo que ela crie novos postos de trabalho, o que aumentaria o consumo. É citado ainda que o maior tempo livre beneficia a saúde dos trabalhadores.

Por outro lado, indústria e comércio apontam que o aumento no custo do trabalho irá gerar desemprego, trabalho informal e, onde possível, a substituição do homem por máquinas, para compensar o prejuízo.